

**FIES: PERSPECTIVAS DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA  
SOBRE O PERCURSO DA GRADUAÇÃO E O FUTURO PROFISSIONAL**

**FIES: PERSPECTIVES OF PSYCHOLOGY UNDERGRADUATE STUDENTS  
ABOUT THE GRADUATION PATH AND THE PROFESSIONAL FUTURE**

Alexandra Marcelina da S. Barros  
Dhiânelly Santos Tolentino  
Emily Thainá Meneguzzo<sup>1</sup>

*Acadêmicas do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de  
Várzea Grande - UNIVAG*

Renata Vilela Rodrigues

*Mestra em Estudos de Cultura Contemporânea e graduada em Psicologia ambos  
pela UFMT. Orientadora e Professora do curso de Psicologia do UNIVAG*

**Resumo**

Esta pesquisa apresenta como tema as perspectivas acerca do futuro profissional de universitários do curso de Psicologia contratantes do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, e os efeitos deste contrato na vida desses estudantes. Dada a falta de estudos que problematizem a percepção dos graduandos sobre o mercado de trabalho, acredita-se que a presente pesquisa possibilitará compreender o trajeto universitário e as perspectivas que os alunos do Centro Universitário de Várzea Grande que utilizam o FIES como forma de pagamento do ensino superior privado, possuem em relação ao futuro profissional e as estratégias que pretendem utilizar para pagar a dívida do financiamento. O estudo foi realizado por meio de entrevistas semiabertas com os acadêmicos do 5º e 9º semestres dos períodos matutino e noturno do curso de Psicologia. A pesquisa evidenciou que as exigências da faculdade, somados às expectativas pessoais, familiares, sociais e políticas quanto à inserção no mercado de trabalho, podem ser alguns dos fatores a gerar sofrimentos psíquicos aos acadêmicos.

**Palavras-Chaves:** Ensino Superior. Psicologia. Profissão. FIES. Políticas Afirmativas.

**Abstract**

This research presents as its theme the perspectives about the professional future of Psychology undergraduate students contractors of the Student Financing Fund - FIES, and the effects of this contract in the lives of these students. Given the lack of studies that question the perception of undergraduates about the labor market, it is believed that this research will make it possible to understand the academic path and the perspectives of Centro Universitário de Várzea Grande students who use FIES as a method of payment for private higher education about their professional future and the strategies they intend to use to pay back the loan. The study was conducted through semi-open interviews with students from the 5th and 9th semesters of morning and evening periods of the Psychology course. The research evidenced that the

---

<sup>1</sup> Agradecemos a colaboração da aluna Letícia Vieira Moimaz do 5º semestre que nos auxiliou na realização e transcrição das entrevistas.

college's demands, plus the personal, family, social and political expectations regarding the insertion in the labor market, can be some of the factors that generate psychological sufferings to the academics.

**Keywords:** Higher Education. Psychology. Profession. FIES. Politics of Affirmative Action.

### **Introdução**

Este trabalho se insere num conjunto de estudos psicossociais, de orientação foucaultiana, sobre as perspectivas de futuro que acadêmicos contratantes do FIES do curso de Psicologia possuem acerca da profissão. Em específico, intenta-se compreender as influências do financiamento na vida acadêmica, social, econômica e emocional dos estudantes. Tais estudos possibilitam perceber o sujeito como ser ativo que influencia e é influenciado pelo contexto social, histórico e cultural em que vive e como eles percebem essas alterações e obtenção desta dívida.

Por isso, entende-se a necessidade de se discutir sobre como as demandas da sociedade contemporânea refletem na vida dos sujeitos, quais as consequências e como a Psicologia pode auxiliar nas formas de sofrimento psíquicos advindos dessa sociedade, levando os indivíduos a entenderem melhor a si mesmos e seu lugar nesse sistema. É nessa direção que surge as seguintes problemáticas que nortearam esta pesquisa: Compreender o que os alunos do curso de Psicologia que utilizam o FIES pensam sobre o Programa? Quais expectativas futuroológicas esses estudantes possuem acerca da profissão e como a adesão ao programa interfere nessa visão? Considerando o contexto social, cultural, econômico e político, quais os enfrentamentos que estes alunos encontram durante a graduação?

Nota-se a necessidade de a Psicologia investigar e compreender os conflitos e os sofrimentos que acometem o aluno universitário que possui o financiamento estudantil. No âmbito científico, algumas pesquisas têm problematizado o FIES como alternativa de reformulação do financiamento estudantil, no País (NASCIMENTO, 2015), bem como a partir de uma analítica de redemocratização do ensino superior por meio de políticas afirmativas (APRILE; BARONE, 2009).

Entretanto, pouco se tem discutido sobre os impactos no financiamento estudantil na formação acadêmica a partir da perspectiva do graduando. Nessa mesma direção, Perez e Messeder (2015), ao analisar as representações dos impactos do FIES na vida de alunos egressos de instituições particulares de ensino superior em Salvador, afirma a necessidade de análises que evidenciem os sentidos atribuídos pelos alunos que utilizam este programa e que, “conheceram ‘na pele’ e no bolso esta ação afirmativa” (p. 159).

Perez e Messeder (2016), ao realizarem uma revisão de literatura no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre os FIES, mostram que apesar de um alto número de trabalhos acadêmicos sobre políticas públicas (87.913), poucos desses dissertam sobre o FIES, apenas 30 dissertações/tese. Concluindo que, o FIES, mesmo sendo uma política pública atual, é pouco explorado e discutido.

Aprile e Barone (2009) apontam, por sua vez, para a importância de pesquisas que discutam sobre qual é o impacto da adoção dos financiamentos estudantis nos problemas vivenciados pelos alunos no cotidiano da vida universitária, a partir de uma análise que considere a complexidade inerente aos processos sociais que se desenvolvem em momentos de grandes transformações econômicas, sociais e políticas, como o atual.

Tendo em vista tais aspectos, este trabalho pretende contribuir com as poucas pesquisas já realizadas sobre o FIES, partindo da experiência dos indivíduos que utilizaram esta política pública para conseguir o diploma no ensino superior na graduação do curso de Psicologia. Vale destacar que, apesar de a presente pesquisa ser direcionada aos alunos de psicologia, já que as autoras são também acadêmicas de psicologia, compreende-se que esta realidade pode ser comum a estudantes de outros cursos e/ou que utilizem outros financiamentos existentes.

No que diz respeito à relevância social, cabe salientar que a Psicologia apresenta um papel importante no que se refere ao estudo e cuidado com a saúde mental dos estudantes universitários, pois, como já dito, vários são os impactos que o decorrer da vida acadêmica apresenta, principalmente relacionado às questões emocionais dos estudantes, por esta razão, é necessário cada vez mais engajamento e estudos nessa área, já que se trata de uma realidade comum nesse momento. Assim, a Psicologia pode contribuir para a compreensão das modulações subjetivas coletiva e individual, buscando estudar e refletir também sobre a ascensão profissional e qualidade de vida, assim como pensar criticamente sobre a inserção de novas classes sociais no ensino superior, rompendo com a antiga lógica de funcionamento em que apenas a elite tinha acesso.

### **Sociedade Neoliberal**

Na sociedade brasileira, há pessoas que se encontram em uma fragilidade social e econômica diante da rápida e desigual ascensão do consumo e do status social, que de acordo Teixeira e Correia (2002) diz não só da condição da pobreza, desemprego, fracasso escolar, dos sofrimentos psíquicos, dos seus modos de subjetivação, mas também por pertencerem à

minorias étnicas e culturais. Essas minorias, por sua vez, estariam diretamente influenciadas por essa seleção, sendo um dos fatores as dificuldades para sair deste grupo de fragilidade, portanto, mais difícil alcançarem esse prestígio social que é imposto, começando assim os problemas acarretados por esse suposto fracasso individual em uma sociedade pré-moldada com os padrões de sucesso e de pessoas que merecem esse prestígio.

As desigualdades sociais e econômicas são uma das facetas da sociedade neoliberal, nesta as disciplinas são criadas no intuito de reformatar e controlar os corpos. Foucault (2005, p. 289), relata das formas disciplinares do comportamento do homem, afirmando que elas tentam gerenciar “multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”. Assim, ocorre a manutenção desse modo de agir, de acordo com o que é mais conveniente para quem controla esse modo de atuação, segundo o mesmo autor, pode ser tanto pelo viés individual, quanto em uma instância massificante. Além disso, atuaria também um poder normalizador que se concentrava na figura do Estado e administraria a vida da população.

As ideias neoliberais surgem, no Brasil, a partir da década de 1990 no processo de redemocratização do país, em que os governantes objetivavam impulsionar o desenvolvimento econômico por meio da economia neoliberal, que considera privatizar alguns setores de mercado regulados pelo Estado, incluindo a educação, em que foram ofertadas condições para a privatização do ensino superior, pensando em um lógica de especializar mão de obra para inserção no mercado de trabalho e, por fim, contribuir para o crescimento econômico do país (VITURI, 2019).

Em paralelo a isso, Foucault (2008) ainda discorre sobre o trabalhador ser atrelado ao capital e seu modo de produção e equiparado com o de uma máquina alienada, em decorrência do capitalismo. Dessa forma, se ele é disciplinado, normalizado e ainda vigiado para cumprir as determinações que foram impostas, existindo grandes chances de seguir uma vida em busca de uma felicidade que se pautar na produção e no consumo, visto que o autor ainda diz que o “homem do consumo, na medida que consome, é produtor” (p. 311) e que essa produção que ele gera, é a de satisfação, de felicidade em consumir.

Essa questão da busca da felicidade, de estar bem-sucedido, mesmo que por um viés socialmente construído, gera angústias no indivíduo, e em Agamben (1995 apud DUARTE, 2008) observa-se que essa forma de viver orientando-se por estas questões é uma característica

humana, além de acrescentar dizendo que a vida e essa forma de lidar com ela estão associadas, fazendo com que a vida seja assumida como uma potencialidade, um objetivo a ser cumprido.

Essa forma de regulamentação e disciplina dos corpos que se articulam é denominada, para Foucault (2005) de biopolítica, uma vez que o alvo não é mais o sujeito em sua subjetividade, mas sim a população, os sujeitos em sua coletividade. Dessa forma, o centro não é mais o corpo, mas a vida, procurando controlar e até modificar a ocorrência dos acontecimentos e compensar os efeitos que possam surgir, partindo de um movimento de fazer viver, porém de delimitar como o sujeito lida com os acontecimentos. Além disso, para melhor ordenação também utiliza-se do biopoder, que é operado em uma lógica de proteção da vida e de postergar a morte preocupando-se com higiene, natalidade, sexualidade, saúde, sendo uma forma de controlar as atividades da massa (FOUCAULT, 2005).

Desse modo, por meio da transformação dos indivíduos é possível impor uma normalização dos comportamentos, da forma de existir e de se relacionar e, partindo dessa premissa, considerando a inserção em uma sociedade com características do neoliberalismo, na qual os indivíduos são considerados forças de trabalho e o capital humano passando a ser considerado útil por possuir diploma de nível superior, nesse sentido, os sujeitos passaram a procurar formas de ingressar nessas instituições de ensino, e o FIES acaba sendo uma forma de facilitar ou possibilitar que isso ocorra.

A graduação pode ser visualizada como um ciclo, em média de quatro a seis anos, no qual muitos sujeitos se dispõem a passar. Além das angústias ligadas à universidade, essa população, que é em sua maioria jovem, também enfrenta o distanciamento do núcleo familiar, a tomada de responsabilidade, socialização, privação de sono, expectativas em relação ao futuro, e a resolução de conflitos. Dessa forma, passam por constantes eventos estressores dentro e fora do meio acadêmico, e com relação às atividades acadêmicas têm-se as apresentações de trabalhos, provas, estágios obrigatórios, que são necessários para a construção de um profissional qualificado para atuação no mercado de trabalho. Nesse sentido, corrobora com as discussões de Foucault (2008) sobre o capital humano, em que os futuros profissionais são investidos em qualificação para poder contribuir economicamente com o crescimento do país, acrescentando também a existência, ou da busca de ganhos secundários para o aluno que se insere nesse espaço acadêmico.

Além dessas preocupações, há outra de conseguir trabalhar e estudar concomitantemente, visto que, grande parte dos alunos matriculados no período noturno trabalham, possuindo menos tempo para dedicar-se aos estudos e necessitando realizar

atividades obrigatórias da universidade, como os estágios em horários diferentes ao período de aula, ou seja, no período em que estariam no serviço. Essas situações podem gerar estressores em ter que conseguir conciliar as demandas da universidade e do trabalho, que concomitantemente a outros fatores já citados podem fazer com que os alunos experienciam diversos sentimentos.

### **O Ensino Superior no Brasil**

Contextualizando o processo de transformação da forma que é oferecida a mão de obra humana, pode-se perceber que a partir da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) alterou-se o modo de se relacionar em sociedade devido a mudança ocorrida no sistema econômico, deixando de ser baseado em trocas de produtos, modificando os arranjos familiares e sociais, visto que não somente os homens eram os únicos provedores de sustento, mas também crianças e mulheres submetidos em uma lógica de trabalho exploratório. Nesse contexto, as máquinas ganharam espaço, tomaram o lugar de grande parcela dos funcionários e o crescente desemprego fez com que se estabelecessem classes sociais distintas, a burguesia e o proletariado, se fazendo necessário cada vez mais especializar-se para garantir seu lugar na fábrica e poder manter-se nesse novo sistema.

A necessidade de conhecimento constante provoca o crescente número de cursos voltados para a especialização dos trabalhadores, algo que continua presente na atualidade. Nesse cenário, acredita-se que os sujeitos com curso superior recebem mais prestígio e melhores salários, diante da demanda do mercado, que necessita a constante adaptação dos profissionais, como afirmam Macedo (et al., 2005).

No Brasil, a oferta de ensino superior se inicia com a chegada da família real portuguesa, em 1808, e o seu progresso foi lento e primordialmente visava à formação de profissionais liberais, que tinham como objetivo ocupar lugares privilegiados na sociedade. Diante da disposição legal ofertada pela Constituição da República de 1891, a iniciativa privada criou suas próprias instituições, nesse cenário o sistema educacional fundado por São Paulo foi o primeiro a romper com o governo central, ampliando a disponibilidades de cursos (MARTINS, 2002).

Na década de 1920, ocorreram inúmeras mudanças no contexto educacional universitário, iniciava-se o debate que propunha a criação de instituições que pudessem “abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa” (MARTINS, 2002, p. 04). Assim, no ano de 1931, Getúlio Vargas realizou a reforma do ensino, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação do país, formulando a autorização e

regulamentando as universidades públicas com anuidade, logo o ensino público não era gratuito.

Ademais, a regulamentação da Psicologia como profissão iniciou-se com a crescente urbanização e industrialização dos grandes centros que abriram espaço para a demanda dessa prática profissional, que atendia na seleção de pessoas para o mercado de trabalho, nas escolas e na área clínica. Por conseguinte, no ano de 1962 a Lei nº 4119 referente a formação no curso de Psicologia e regulamentação da profissão, foi assinada pelo presidente João Goulart, e a posteriori foi elaborado o código de ética e instalados os Conselhos Regionais, tendo finalizado seu processo de profissionalização em 1975 (BAPTISTA, 2010).

Após todos esses anos e mudanças na educação, ocorreu a reforma universitária em 1968 e foi implementada pelo governo militar que visava um projeto desenvolvimento do país e de luta contra o comunismo. Esse projeto não obteve sucesso, mas a reforma, mesmo que em um governo não democrático e autoritário, foi efetiva e deu início a novas mudanças como aumento no número de universidades e incentivo às pesquisas no ensino superior no país (MACEDO et al., 2005).

A partir do ano de 1970 o sistema universitário se concentrou no desenvolvimento de atividade no âmbito das pesquisas para dar continuidade ao plano de desenvolvimento econômico do governo militar, além disso, outro principal interesse era em “responder a demandas pontuais do setor produtivo ou a implementar projetos de prestação de serviços no setor da saúde ou na formação e aperfeiçoamento de professores” (MACEDO et al., 2005, p. 129). Nesse sentido, muitas instituições de ensino superior no setor privado foram criadas, objetivando atender à crescente demanda pela educação superior, uma vez que as universidades se viam limitadas devido aos altos custos de manutenção, pela indissociabilidade da universidade e pesquisa.

As privatizações do ensino superior partem de um projeto político do Governo Militar (1964-1985), que a partir do golpe de Estado instaurou-se um modelo de governo que objetivava o desenvolvimento econômico do país, como afirma Saviani (2008), assim, estudaram as relações entre economia e educação, considerando que os investimentos na educação poderiam assegurar o aumento da produtividade e renda. Desta forma, do ensino básico ao superior buscavam fomentar o capital humano, sendo que no ensino superior almejaram formar mão-de-obra especializada que era requisitada pelas empresas diante da lógica de mercado capitalista.

Nesse período do regime e com a Constituição de 1969 que reestruturou o texto da Constituição de 1967, passou a não ser mais obrigatório a destinação de um percentual mínimo da receita da união para a educação, apenas os municípios destinariam 20%, por isso, o Governo Federal foi reduzindo os recursos para tal. Além disso, a Constituição de 1969 relativizava a gratuidade do ensino como nas antigas constituições, criando bolsas e formas do universitário ressarcir o valor, entretanto esse modo de pagamento da universidade pública não funcionou, sendo motivo para aprovar a abertura de inúmeras instituições de ensino superior, expandindo 744,7% entre 1964 e 1973, movimento que garantia o ingresso de profissionais qualificados para atender os objetivos do mercado e impulsionar o desenvolvimento econômico, no país (SAVIANI, 2008).

Diante disso, Macedo (et al., 2005), pontuam que para as instituições de ensino superior estarem preparadas para responder aos objetivos da sociedade do conhecimento e do mercado de trabalho globalizado, é necessário:

[...] enfrentar o desafio de ampliar e democratizar o acesso à educação superior, definir e implementar novas políticas de financiamento de instituições, capazes de orientar a modernização de sua gestão, incentivar e avaliar a educação a distância, são problemas sérios cuja solução requer profunda revisão de objetivos, modelos, estruturas, mecanismos de funcionamento e de acompanhamento (MACEDO et al., 2005, p.132).

Além de se atentar ao fato de que é necessário aprimorar o ensino na educação básica, para melhor preparar os alunos ao o ingresso no ensino superior, auxiliando nesse processo de democratização do ensino, visto que, a educação básica pública de qualidade diminuiria as diferenças entre aqueles que estudam na rede privada, e que conseguem com mais facilidade ocupar as vagas das universidades federais, tornando assim, a educação restrita classes sociais mais elevadas.

No final da década de 1990, pensando na redemocratização do acesso ao ensino superior, o Governo Federal, no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ampliou algumas políticas públicas que visam garantir à população de baixa renda acesso ao ensino superior. Essa população é caracterizada, principalmente, por pessoas que não possuem condições financeiras de custear a mensalidade integral das faculdades particulares e/ou não conseguiram ingressar em universidades públicas. Nessa direção, políticas públicas foram implementadas, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, sendo um dos programas do governo em conjunto com instituições públicas e privadas, que garantem “determinado direito de cidadania para algum segmento social, étnico ou econômico” da sociedade (SILVA; SANTOS, 2017, p. 742).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo portal do Governo Federal, o Programa de crédito Educativo (PCE) foi aprovado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em agosto de 1975, sendo o primeiro Sistema do Crédito Educativo. Teve sua implantação no primeiro semestre do ano de 1976, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e somente no segundo semestre foi estendido a todas instituições, beneficiando mais de 870.000 estudantes, dentro de alguns critérios como ser economicamente carente e não receber nenhum outro tipo de auxílio. Este programa tinha a capacidade de conceder de 50 a 100% do valor total do financiamento realizado com uma carência de um ano.

Com a crise desse programa no ano de 1991, deu-se início ao FIES em 1999, porém outros programas de incentivo à educação também foram colocados em prática. Estes não dependiam diretamente do repasse do governo, como por exemplo a atualização do CREDUC que em sua nova versão tem o financiamento negociado entre aluno e instituição, dividindo o valor para ser paga durante o curso e após seu término, visando diminuir os custos direto para o universitário. Ainda nesse contexto existe o programa Educa Mais Brasil que funciona em todo nível de educação e possui pouca burocracia na adesão, todavia depende de instituições parceiras do Governo, podendo chegar a um desconto de até 70% (BRASIL, 2018).

No ano de 2014, de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o FIES gastou R\$ 13,7 bilhões, desse modo, por considerarem um valor maior do previsto, no ano de 2015/2 ocorreram mudanças no modo de contratação, colocando juros anuais de 6,5%, anteriormente era 3,4% ano, com carência de 18 meses, e durante a utilização do financiamento, a cada três meses, seria pago o valor de até R\$ 150,00. Ademais, também tiveram mudanças no âmbito da instituição de ensino superior concedente, como ter conceito superior a 4 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal, serão priorizados cursos como nas áreas de engenharias, formação de professores e da saúde (BRASIL, s.d).

De acordo com o site do Ministério da Educação, outra modificação foi que agora se tem duas modalidades de contratação, sendo a primeira com vagas com juros zero para alunos com renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos, o pagamento respeita o limite da renda, assim como uma redução nos encargos a serem pagos. A segunda modalidade denominada P-Fies busca abranger alunos com renda mensal família de até cinco salários mínimos, esta modalidade utiliza recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento e de bancos privados (BRASIL, s.d).

Segundo o Ministério da Educação, é possível conseguir o FIES quando o estudante tem nota superior a 450 na média geral da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nota superior a zero na redação, outro requisito é pautado na renda familiar que não deve ultrapassar três salários mínimos. Além do mais, o aluno deve estar matriculado em instituições privadas cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC (APRILE; BARONE, 2009).

Diante desse novo contexto, alguns alunos que estavam na fila de espera para a contratação do FIES no ano de 2015/1 não conseguiram, e realizaram o financiamento privados outros. Os estudantes dos semestres iniciais entrevistados durante a pesquisa também estão dentro dessas alterações realizadas no processo de contratação dessa política afirmativa.

### **Metodologia**

O corpus desta pesquisa foi composto por 20 voluntárias do 5º e 9º semestres dos períodos matutino e noturno, acadêmicas do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e que utilizam o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES como forma de pagamento do ensino superior privado. Foram entrevistadas 5 estudantes do 5º semestre e 15 do 9º semestre, todas do sexo feminino com idades que variam entre 20 e 45 anos. Em relação ao trabalho, 7 estavam empregadas, 11 desempregadas e 2 nunca trabalharam. Pode-se analisar pela amostra que o número de mulheres no curso de Psicologia é superior ao número de homens, assim como nos semestres iniciais as pessoas que contrataram o financiamento são mais jovens do que as dos últimos semestres (Ver tabela 1).

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-explicativo, que foi realizada no período de novembro de 2018 a dezembro de 2019, e consistiu na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Antes de iniciar-se as entrevistas as pesquisadoras explicaram e entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura e autorização do uso dos dados coletados, resguardando a acadêmica com o sigilo, assim como salientando o fato de ser voluntário sem ganhos secundários para as entrevistadas. As entrevistas, para Gil (2008), consistem em coletar dados específicos a partir de um diálogo com outro que fornecerá esses dados. Por meio da entrevista é possível investigar aspectos subjetivos e significados das expressões humanas, já que este é um método científico que se vale dos significados, valores, crenças e aspirações da realidade social, estando no campo da subjetividade humana.

A proposta de metodologia planejada inicialmente consistia em realizar as entrevistas com cinco alunos de cada semestre, sendo esses: 5º e 9º semestre tanto matutino quanto noturno.

Todavia existiram dificuldades em conseguir voluntários dos quintos semestres para a pesquisa devido à diminuição do número de indivíduos que utilizam do financiamento nos últimos anos, dessa forma, duas estudantes do 10º semestre que cursam matérias no 9º semestre e são contratantes do FIES foram recrutadas para esta pesquisa. A queda na quantidade de estudantes aderindo ao programa pode ser decorrente das dificuldades encontradas nos novos moldes para a adesão ao financiamento que determinam, por exemplo, a necessidade de existir um fiador para que ocorra a liberação.

De acordo com a Portaria número 10 de 30 de Abril de 2010, o estudante que contrata o FIES pode ter até dois fiadores, não se excluindo a necessidade de um inerente ao caso e esses tem que ter uma renda mensal bruta totalizando ao menos o dobro da parcela mensal da semestralidade, considerando os descontos regulares e por pontualidade no pagamento. O art. 13 desta portaria cita quais pessoas não podem ser fiadoras, dentre elas estão os cônjuges e companheiro(a), estudantes que recebem bolsa do PCE/CREDUC que ainda não tenham realizado a quitação total, assim estudantes do FIES, bem como estrangeiros com exceção de portugueses que comprovem o usufruto dos benefícios do Estatuto da Igualdade, conforme Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001.

No ano de 2005, uma ação civil pública na 3ª Vara Federal de Cuiabá pelo Ministério Público Federal (MPF) retirou a necessidade de fiador aos alunos contratantes do FIES no estado, afirmando ser irrazoável tal solicitação. Todavia, no ano de 2018 a sentença federal prevaleceu, fazendo ser necessário o acréscimo de fiador nos novos contratos, assim como nos que já estavam feitos, dessa forma muitos alunos que não tinham em seu contrato o nome de um ou dois fiadores tiveram que fazer tais adaptações, porém alguns não conseguiram diante do pouco tempo de aditamento. Ainda de acordo com a portaria os alunos teriam 6 meses para se adaptar com tal mudança, por alguns não estarem conseguindo, desse modo se fez valer tal sentença a partir de 2019/1.

As pesquisadoras coletaram e analisaram os dados baseados nas interações sociais e significados que as pessoas dão à determinados fenômenos, assim, puderam compreender e interpretar informações. Foi utilizado a entrevista semiestruturada, que é guiada por alguns pontos norteadores que respondam perguntas da pesquisa, mas deixa o entrevistado falar livremente, explorando aquilo que ele considera importante (GIL, 2008).

Assim, como é dito por Boarini e Borges (2009 apud LEONARDO E SUZUKI, 2016), a utilização das entrevistas em um projeto de pesquisa permite que o dinamismo e as singularidades possam ser observados nas falas dos entrevistados, captando possíveis

sentimentos e informações mais individuais que passariam despercebidas em outros instrumentos de coleta de dados.

Ademais, é necessário que, quando analisadas, as entrevistas levem em consideração o contexto na qual foi realizada, por esse motivo as informações coletadas nas entrevistas foram complementadas com o método de observação participante, que é considerado parte essencial da pesquisa qualitativa em campo, bem como diz de “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2009, p. 70). Para sistematizar as informações coletadas nas observações foram utilizados Diários de Campos, que consistem em cadernos de notas descritivos das ações observadas pelo pesquisador em campo.

Todos as pesquisadoras foram devidamente treinadas para coleta de dados e o estudo se iniciou após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Desse modo, a pesquisa foi baseada na resolução CNS Nº 466/12, que dispõem sobre as normas de pesquisa com seres humanos, o projeto não apresenta riscos individuais, nem coletivos aos sujeitos que dele participaram uma vez que se tratou de um estudo com enfoque de investigação. A pesquisa foi inicialmente submetida à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Várzea Grande em dezembro de 2018, com base na Resolução nº 031/2013, regulamentado pela Resolução nº 002/2015, e credenciado junto ao CONEP - Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, e também com a inscrição das membros da pesquisa na Plataforma Brasil, sendo aprovada em junho de 2019 o início da coleta de dados da pesquisa pelo Comitê de Ética.

Como suporte teórico-metodológico de análise dos dados coletados, foram utilizados os estudos arqueogenealógicos de Michel Foucault. A análise arqueogenealógica se preocupa com a descrição das descontinuidades presentes na análise dos discursos. Tratou-se de compreender e analisar o discurso em sua irrupção de acontecimentos, na pontualidade com que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado (FOUCAULT, 2000). Mais especificamente, “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Nessa perspectiva, percebe-se que a arqueologia e a genealogia são instrumentos metodológicos de análise das práticas e formações discursivas e não discursivas. A partir delas, entende-se o sujeito como efeito de formações discursivas que emergem de jogos de forças tecidas na prática e que se atualizam a cada nova relação. Ambos os métodos de análise do

discurso permitem, assim, realizar uma apreensão das regularidades discursivas presentes nos enunciados em si (FOUCAULT, 2008).

Diante dessa ótica, utilizamos os incidentes críticos como ferramenta metodológica de análise de dados, que de acordo com Galindo e Rodrigues (2014) permite lidar com a

[...] temporalidade múltipla dos documentos e com a complexidade das práticas cotidianas sem nos prendermos a uma pretensa linearidade bem como para dar margem à adoção de processos nos quais interlocutores participam ativamente da sua delimitação (p. 168).

Desse modo, os incidentes críticos podem ser construídos com quaisquer registros que sejam importantes para compreender o cotidiano permeado pelas relações heterogêneas, evidenciando os jogos políticos entre os atores envolvidos (GALINDO e RODRIGUES, 2014). A utilização dos incidentes críticos, em articulação aos estudos arqueo-genealógicos de Foucault, permite fazer um recorte daquilo que nos discursos se fizeram mais presentes e importantes de serem discutidos, não sendo representativos de uma série maior de eventos, como afirmam Galindo e Rodrigues (2014).

Na análise dos dados, os discursos foram divididos alguns incidentes críticos: Políticas afirmativas, verificando a importância das políticas afirmativas para os entrevistados e sua influência no ingresso ao ensino superior; a questão de trabalhar e estudar concomitantemente; os aspectos familiares relacionados com a dívida adquirida; os sentimentos relacionados à vida acadêmica; a entrada na faculdade e o financiamento estudantil FIES, investigando quais os motivos que levaram a optar pela graduação em uma universidade privada utilizando a contratação do financiamento.

Para garantir o sigilo das participantes da pesquisa, utilizamos nomes de mulheres que tiveram uma relevância social para a história brasileira e mundial como forma de preservar a identidade das voluntárias. E também para dar representatividade às entrevistadas, uma vez que durante a pesquisa percebemos os diversos enfrentamentos destas, por um lado, pelas condições socioeconômicas e, por outro, por serem mulheres e por toda representação cultural em torno de si. Algumas entrevistas apontam, inclusive, ser a primeira mulher da família a cursar o ensino superior.

**Tabela 1 – Amostra dos acadêmicas entrevistadas**

---

<b>Semestre</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Trabalho</b>
-----------------	-------------------	---------------	--------------	-----------------

---

<b>5º Matutino</b>	1 acadêmica	Feminino: 1	20- 30: 1	Nunca: 1
<b>5º Noturno</b>	4 acadêmicas	Feminino: 4	20-30: 4	Sim: 3 Nunca: 1
<b>9º Matutino</b>	11 acadêmicas	Feminino: 11	20- 30: 8 31-45: 3	Sim: 5 Não: 6
<b>9º Noturno</b>	4 acadêmicas	Feminino: 4	20-30: 4 31-45: 0	Sim: 1 Não: 3

Fonte: Produção própria, 2019

### **A importância do FIES para o ingresso no ensino superior**

As ações afirmativas são políticas públicas que buscam garantir oportunidades de acessos a populações marginalizadas à educação e ao mercado de trabalho, na tentativa de compensar as desigualdades existentes. Passos (2015), aponta que elas capacitam a ocorrência de transformações no imaginário social, minimizando o pensamento de inferioridade de um grupo por questões de gênero ou pertencimento racial, além de garantir a diversidade dos grupos sociais nas atividades tanto pública como privada. Ademais, Gomes (2001 apud ALBUQUERQUE; PEDRON, 2018) aponta que essas políticas dão tratamento preferencial aos marginalizados para colocá-los em num nível de competição similar aos que foram beneficiados pela exclusão existente e, por isso, elas estão destinadas a corrigir uma situação de desigualdade.

Dentre essas políticas, destaca-se, neste artigo, o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, criado em 1999 pelo Ministério da Educação e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que oferece financiamento para cursos de graduação em instituições privadas brasileiras. Este tipo de financiamento foi concebido com o propósito de ser autosustentado e substituir o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC), que, devido a inadimplência em relação a quitação dos empréstimos efetuados aos estudantes, estava falido por volta de 1983 (APRILE; BARONE, 2009; PEREZ 2018).

O FIES, como uma ação afirmativa, torna-se uma política de financiamento dos cursos de nível superior em faculdades particulares, que deverá ser pago após a conclusão do curso, com carência de 18 meses para o início do pagamento e com os respectivos juros dispostos nos contratos assinados pelos estudantes, entretanto, tanto os juros como o período de carência e demais disposições das portarias sobre o FIES, se alteram de acordo com as novas mudanças feitas pelos governos. Diante disso, foi considerado relevante investigar sobre os motivos que levaram as acadêmicas a aderir ao financiamento, bem como sua importância para cada um nesse processo de ingresso ao ensino superior.

Os estudantes que financiaram o curso com o FIES precisam se preocupar em como pagar a dívida feita no decorrer do curso após seu término, inquietando-se ainda mais com a entrada no mercado de trabalho e se irá conseguir emprego logo após a conclusão da faculdade<sup>2</sup>, visto que, muitas vezes não possuem condições de arcar com as despesas sem um emprego fixo, além do fato de precisar organizar seus horários com os estágios obrigatórios e despesas extras que não estão incluídas na mensalidade financiada.

Considerando as falas das entrevistadas, foi possível perceber que sem o financiamento as estudantes não conseguiriam ingressar ou concluir a graduação. Os motivos dados por cada uma para justificar seus discursos foram diversos, todavia, o que mais se evidenciou foi *“se não fosse isso talvez eu não conseguiria estar aqui”* dito por Chica do 9º semestre, *“muito importante, senão eu não estaria aqui hoje”* afirmado por Judith também do 9º semestre, *“Sem o FIES provavelmente eu não estaria aqui estudando”* como Marielle do 5º semestre evidenciou.

Esses discursos nos mostram que os alunos consideram o FIES essencial para o processo de formação. De forma semelhante a nossa pesquisa, Aprile e Barone (2009), ao analisarem diferentes políticas públicas de acesso ao ensino superior, mostram que o FIES aumentou consideravelmente o número de estudantes nas Instituições de Ensino Superior no País e tem se tornado um método, junto com outras políticas afirmativas, na busca de acesso igualitário à educação superior. Contudo, não se pode esquecer que essas ações direcionadas à ampliação da educação superior coadunam-se com os desafios e defasagem que persistem na educação básica. Sem mencionar as dificuldades de ingresso ao mercado de trabalho, no cenário político e econômico contemporâneo, como mostra os números do IBGE- Instituto Brasileiro

---

<sup>2</sup> Considera-se que a preocupação com o mercado de trabalho perpassa estudantes de instituições de ensino superior público e/ou de ensino privado que são pagantes, porém o recorte é realizado para pontuar que, algumas vezes, esse sentimento vem atrelado com as questões referentes à dívida adquirida.

de Geografia e Estatística (2019), cerca de 13,4 milhões de pessoas estão desempregadas no país, em que 26,7% possuem diploma de nível superior.

O FIES serve como motivador do desejo de ingressar na faculdade, por proporcionar a opção de fazer o curso e pagar após formada, assim, Carmen 9º semestre relata que “*Em termos de... o acesso do FIES que dá disposição pra mim poder pagar depois, se eu tivesse, se fosse pra mim pagar a matrícula é, pagar as mensalidades, eu não teria condições financeiras, [...]*”. Já a Glória Maria diz sobre ser a única possibilidade naquele momento: “*Foi porque era a única opção né? Porque não passou na UF, PROUNI, PROUNI que é o outro né? Não tinha pra Psicologia e eu não queria na outra que tinha e aí foi a única opção que eu tinha, que era o FIES.*” Com isso, nota-se que o FIES insere-se no âmbito das políticas públicas compensatórias, uma vez que tentam “corrigir” as lacunas deixadas em nosso país pelas políticas educacionais insuficientes e excludentes. Busca, de igual maneira, atender uma necessidade mercadológica, inserindo profissionais considerados mais qualificados no mercado de trabalho e proporcionando para o desenvolvimento científico e tecnológico do País (APRILE;BARONE, 2009).

Durante as entrevistas também foi possível observar que algumas alunas optaram por financiar o curso devido a maior facilidade, apontadas por elas, em conciliar o emprego e a formação, o que consideram mais difícil nas universidades públicas devido a uma grade curricular com cursos integrais, expressos nas falas da Carmen do 9º semestre

*eu não tenho condições de pagar uma faculdade, no momento, nenhuma condição. Eu tinha a oportunidade de fazer gratuita, mas eu precisava trabalhar pra me manter, então o FIES abriu uma ponte pra ‘mim’ ter uma chance de continuar trabalhando sem ter a mensalidade pra ‘mim’ pagar, né, por isso.*

Dessa forma, além de ser uma possibilidade para as pessoas que não possuem condições de arcar com os custos da faculdade, pode também proporcionar que o estudante tente exercer um trabalho com remuneração, visto que também precisam quitar com as quantias trimestrais estipuladas na contratação do financiamento.

Entretanto, ao longo do percurso da faculdade, a mesma entrevistada afirma que não conseguiu trabalhar e estudar concomitantemente até o final do curso, na medida em que as obrigações da faculdade tomaram grande parte do tempo ela diz:

*[...] a gente acaba não conseguindo conciliar trabalho com a faculdade, então seria muito complicado se eu tivesse que trabalhar pra pagar a faculdade né, eu acho que eu não me dedicaria tanto, então o FIES me propõe isso, ter essa possibilidade de me dedicar somente aos estudos, principalmente agora no final do curso e aí depois de formada ter a possibilidade de pagar né.*

Assim, independente do motivo determinante, sem o financiamento os entrevistados não viam outra opção para iniciar a formação acadêmica. Ademais, encontramos nos discursos das entrevistadas receio e preocupação com os juros e a forma que conseguirão quitar o financiamento, como Tarsila do 9º semestre que diz: *“a gente fica um pouco assustado de como que eu vou pagar isso, né? Mas eu vejo como uma forma de tá me ajudando.”* Ághata do 5º semestre chegou a dizer que se tivesse a oportunidade de voltar atrás não contrataria o FIES: *“para aquele momento da minha vida serviu, é, mas se eu pudesse voltar atrás eu não contrataria eu tentaria ingressar na faculdade pública quantas vezes fosse preciso até conseguir, mas naquela época serviu. Mas não, não, não queria ser assim”*. Enquanto a aluna Frida do 9º semestre diz não se arrepender por não ver outra oportunidade:

*eu sei que é uma dívida grande, praticamente eterna, entendeu? Mas eu tenho a plena consciência de que se não fosse isso, para mim não teria jeito, entendeu? Não teria outra possibilidade. Então eu meio que não consigo me arrepender (...) Se eu pensasse muito no que fazer depois que a faculdade acabasse eu não iria fazer, e aí? Entendeu? Então não tinha outro jeito, não pensei.*

Pontos referentes à incerteza de estar dentro do mercado de trabalho também aparecem já nas primeiras perguntas em relação ao FIES, evidenciado na fala da Marielle do 9º semestre, *“contribuiu muito e apesar de ser um absurdo né a mensalidade, o valor cheio depois a ser pago não é uma garantia de que a gente vai estar empregado para poder pagar o financiamento, mas sem ele não estaria aqui, não teria conseguido ingressar na faculdade”*. Dessa forma, por mais que os contratantes considerem o financiamento como essencial para o seu processo de formação, a incerteza em relação ao pagamento gera apreensão, alguns ainda afirmam que a submissão ao FIES como uma escolha necessária, porém não a mais atrativa ou a primeira opção.

Essa modalidade de ingresso ao ensino superior pode acarretar, nessa direção, uma preocupação aos alunos que financiam o valor do curso, que é de conseguir um emprego, pois eles terminam a faculdade com uma dívida e, como um dos requisitos para que se obtenha o financiamento é a renda familiar ser inferior a três salários mínimos, é pouco provável que possuam condições de arcar com esta sem que esteja ativo no mercado de trabalho. Assim como esses fatores dentro da faculdade e externa a ela, existe uma expectativa que é colocada sobre o ingresso no ensino superior diante das perspectivas de ter uma melhor qualidade de vida, bons salários, reconhecimento social, mas diante das incertezas do mercado, os sujeitos não possuem garantias efetivas de ascensão social.

Além disso, os estudantes lidam com os estereótipos criados por dependerem do governo, por terem que ser bons alunos e evitar a reprovação, uma vez que, o FIES cobre a

reprovação de matérias apenas se o aluno apresentar aproveitamento de 75% do curso em um semestre, assim ele pode solicitar a dilatação do valor do FIES para poder cursar a matéria reprovada, e a dilatação pode ocorrer por até dois semestres consecutivos (BRASIL, 2012).

Assim, conforme a hipótese levantada inicialmente, existe uma preocupação de conseguirem formas de quitar o financiamento, visto que como um dos requisitos é a baixa renda familiar a probabilidade que consigam arcar com as parcelas sem que tenham um trabalho com remuneração é baixa. Como já apontamos os dados de desemprego no Brasil, possuir um diploma não é garantia de estar dentro do mercado de trabalho, mesmo que esse seja o motivador do contrato do FIES.

### **Sentimentos relacionados à entrada na faculdade e a contratação do FIES**

Observa-se nas falas de algumas entrevistadas que o desejo de ingressar no ensino superior partiu da premissa de que ter o diploma facilitaria o ingresso no mercado de trabalho, junto com a perspectiva de melhores salários, qualidade de vida e a ascensão social. Assim, Chica do 9º semestre diz que almejava *“Ter maior perspectiva de entrar no mercado de trabalho, ter um salário mais alto e também por prestígio né, uma pessoa que tem ensino superior é mais respeitada”*. Encontramos, também, pontuações semelhantes a essa, como a fala da Enedina do 5º semestre *“(…) ter um certo conhecimento né?! e ter mais oportunidades também.”*

Sobre as melhorias que a graduação pode acarretar, em um nível social, econômico e pessoal, uma visão que pôde ser notada nos relatos é a expectativa posta sobre iniciar e concluir o ensino superior e seus benefícios para um futuro mais estabilizado, como evidenciado na fala da Dandara:

*ai eu acho que é ter um futuro melhor né, ver que uma graduação hoje nos proporciona, é... novos caminhos, novos horizontes né, então minha busca por isso, pelo estudo né, foi a questão de ter uma vida melhor, de conseguir ter um futuro melhor e também conseguir ajudar as pessoas de alguma forma né.*

Assim, conforme observado em Aprile e Barone (2009), às políticas públicas buscam atender as necessidades de mercado, colocando profissionais mais qualificados para atuar em campo e também propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico do País, dessa forma na mesma lógica das políticas que buscam um desenvolvimento e mão de obra especializada, às pessoas que se disponibilizam a entrar no ensino superior esperam obter benefícios advindos dessa formação. Nessa lógica neoliberal de formação e contratação por especialidades, visualizamos a emergência, como aponta Foucault (2008), do homo economicus que

potencializa suas capacidades a fim de tornar-se competitivo para o mercado de trabalho. Um homem que gere a si mesmo, investe em seu próprio eu.

Foi evidenciado também nas falas que o ensino superior não é garantia de emprego, mas sim de conhecimento e este foi considerado para algumas entrevistadas como algo que vale mais e o que buscam ao realizar a graduação. A Maria Quitéria do 5º semestre diz que: “(...) *não necessariamente hoje em dia ter um diploma significa que eu vá ter um emprego muito mais fácil do que pessoas que não tem, mas significa que eu dei continuidade no meu conhecimento (...)*”. O que pra ela era mais significativo, afirmando também que pensou em fazer a graduação pois “*se eu não estudasse iria ficar louca, daí eu falei assim, tenho que fazer uma faculdade*”. A respeito desse tema, uma aluna do 9º semestre, Beauvoir, argumenta que:

*(...) conhecimento ninguém tira. Tudo pode ser tirado de você, menos o seu conhecimento. (...) Posso ter um dia sucesso, ter dinheiro, fama isso pode ser tirado de mim, mas o conhecimento não, então o conhecimento é algo que nunca é demais e a gente sempre tem que estar em busca.*

Visualizamos, nos discursos das entrevistadas, diversos sentimentos tidos como positivos que o ingresso ao ensino superior possibilitou. Para algumas, o dinheiro e sucesso no mercado de trabalho se tornam secundários, pois o conhecimento adquirido e o diploma de ensino superior já se tornam dispositivos de reconhecimento pessoal e social.

Entretanto, em um dos relatos do 5º semestre, Ághata trouxe em sua fala questões sobre as escolhas que nem sempre são feitas por vontade própria e sim por serem socialmente impostas, que acompanham o que é delimitado pelo senso comum de algumas pessoas como o modo de se viver, situações que atravessam o ingresso na faculdade, afirmando que esse movimento “*(...)é uma daquelas coisas que tá na lista de coisas que você tem que fazer da vida, você tem que terminar o ensino médio você tem que fazer uma graduação, você tem que casar, passar no concurso público, trabalha o resto da vida e a vida no Brasil pelo menos se resume a isso.*”

Teixeira e Correia (2002), dizem sobre essa necessidade social, relatada pela aluna de padronizar e de colocar expectativas sobre a vida dos sujeitos, chegando a um ponto que fica cada vez mais difícil realizar aquilo que o social espera, não sendo uma escolha do indivíduo, mas sim aquilo que é esperado dele diante das oportunidades que lhe são oferecidas, e quando não atendidas ele é culpabilizado pelo fracasso. Nota-se nos posteriores relatos que tais cobranças relacionadas com a entrada na graduação foram incentivadas por questões ligadas não somente ao querer do sujeito, mas sim por ser ofertada a oportunidade. De acordo com Agamben (1995 apud DUARTE, 2008), tais cobranças, o sentimento de viver para cumprir

papéis sociais, podem acarretar angústias no indivíduo, questões essas que apareceram em alguns discursos e que afetam a qualidade de vida dos sujeitos e muitas vezes os paralisam perante sua própria existência. Essa adequação pode ser experienciada por muitos com sofrimento, quando os sujeitos se sentem excluídos desse contexto, ou quando percorrem caminhos indicados por outros, sem autonomia de escolha do indivíduo.

Consequente, as mudanças no âmbito do mercado de trabalho, na produção e na relação com o dinheiro, e o conceito de sucesso também instigam no homem a necessidade de adequação ao que é proposto. Desse modo, jovens e adultos devem atingir e até mesmo superar as expectativas sociais, com sua vida profissional, pessoal, familiar, tentando alcançar a felicidade equilibrando todos esses fatores.

O receio de deixar o ensino superior para o outro ano e não dar continuidade aos estudos da educação básica apareceu nas entrevistas como um dos motivadores para se iniciar o ensino superior, Frida do 9º semestre relata que:

*“(...) queria fazer alguma coisa enquanto eu era nova. Porque tinha gente que acabou de terminar o ensino médio comigo e falou “a vou ficar um ano sem fazer nada” e eu falava “gente pelo amor de deus.” E falou que no próximo ano ia fazer e não tão fazendo nada até hoje, então eu tinha medo de acontecer isso comigo, se eu ficasse parada um ano eu deixar a preguiça levar.*

Malala do 9º semestre afirmou que teve o histórico acadêmico da sua família modificado pela oportunidade que o FIES proporcionou e se tornou um exemplo em sua família por ser a primeira a se formar, e este foi o incentivo para ingressar na vida acadêmica, afirmando que

*Para mim é uma realização, não só para mim, mas também para minha família né?! porque nenhum conseguiu chegar o nível superior eu fui a única e passei por muita coisa assim para chegar até aqui e para mim não só para mim mas para o meus irmãos é um orgulho para meus sobrinhos né inclusive eles para tia você é meu orgulho e alguns sobrinhos também que estão seguindo o mesmo, assim desejo que eu dei para um curso superior, já tem uns que tão indo que fala que se espelha em mim isso é muito bom.*

E acrescenta:

*Então esse é um desejo muitos anos, nós somos uma família muito grande de onze irmãos, (...) meus pais e meus irmãos são quase são a maioria semianalfabetos e aí eu fui a única pessoa querer estudar, e (...) me dediquei os filhos ao trabalho e isso vai passando o tempo e aí só houve mesmo a oportunidade mesmo para eu estudar já com 40 anos, e agora estou realizando o meu sonho.*

A faculdade torna-se, nessa direção, uma possibilidade de mudança de vida e quebra de paradigmas familiares. No ideário da sociedade é vista como um “sonho” a ser alcançado independentemente da idade. Os momentos vividos na/para a graduação possuem entre si

interstícios com a existência privada na qual os sujeitos são “guiados” por desejos também familiares, que almejam uma independência futura para seu membro. A análise dos discursos sobre os sentimentos de ingressar no ensino superior, deram visibilidade “entre as travessias forçadas e os percursos imprevistos, existe a preciosa noção do *caminho familiar*, com marcos onde a significação da vida se encontra”. O caminho familiar é, aqui, entendido enquanto o universo dos valores do sujeito onde ações e reações ganham sentido (BOSI, 1992, p. 111).

Em outra perspectiva sobre a influência da família, a discente do 9º semestre, Beauvoir, expôs que o incentivo da família foi pelo fato de seus pais não possuírem o ensino superior e fazerem um comparativo sobre ser alguém na vida possuindo o diploma: “*Na minha família, meus pais não tinham graduação até então e eles sempre falaram, falavam pra mim que nunca deveria parar de estudar e que a vida só teria estabilidade, seria alguém na vida um dia se eu tivesse uma formação*”. Nessa mesma direção, Marielle do 5º semestre relata que sua influência para fazer a graduação e escolher o curso de Psicologia veio do exemplo da irmã que é formada nesta profissão, ela relata: “*(...) a influência da minha irmã que eu acredito que teve muito e porque eu pesquisei e gostei, eu sempre quis algo da área da saúde e me interessei em fazer Psicologia*”.

Estas falas mostrando a importância da graduação para algumas alunas e o quanto isso é mobilizador para toda a família evidencia, mais uma vez, a necessidade de políticas públicas compensatórias para tentar minimizar as lacunas existentes na sociedade dando oportunidades de acessos à educação e ao mercado de trabalho. Com isso, Gomes (2001 apud ALBUQUERQUE; PEDRON, 2018) aponta que as políticas afirmativas colocam os indivíduos em um nível de competição mais igualitário aos que se beneficiaram com a exclusão daquela parcela populacional, tentando, assim, corrigir a situação de desigualdade. Por mais que seja alternativas de remediação e não de prevenção seus resultados são positivos, conforme é visto nas narrativas das entrevistadas.

Quando abordado sobre o contrato e as diretrizes do financiamento, diversas pessoas compreendiam as questões que circundam o contrato assinado, a dívida feita, do modelo de parcelamento, da carência e dos juros. A maior parte das entrevistadas faz parte do contrato que tem uma carência de 18 meses, continuando a pagar os juros a cada três meses, e começam a pagar o valor financiado após este período, parcelas graduais dívidas em aproximadamente 192 meses.

Maria Quitéria do 5º semestre fala sobre os juros, o tempo de pagamento e a opinião da sua mãe em relação a isso, apontando o receio de um financiamento tão longo e que demanda

o pagamento após formada e faz o comparativo se fosse viável pagar a mensalidade com outro programa do governo:

*(...) minha mãe trabalhou muito tempo com banco e tals então ela “manja” muito de bolsa de valores de juros etc, taxa e ela começou a ler e ficou meio “filha olha só você vai ter dívida aqui para tipo sei lá uns 72 anos” ‘aquelas né!’, fiquei: “huum entendi”, mas assim eu acho que é complicado né!? porque depois a gente vai ter que pagar por muito tempo e se a gente for parar para pensar e fazer as contas sai o valor muito mais caro do que se eu tivesse pagando pela Bolsa Brasil, né?!, mas se eu não tenho outra opção, agora então tipo né!, isso é o que há.*

Durante o processo de contratação do FIES, maioria das pessoas entrevistadas não tiveram problemas ou receios de assinar o contrato, uma entrevistada do 5º semestre diz sobre antes ser mais fácil contratar o FIES, e que atualmente se tem uma maior burocracia, Ághata afirmar que: “[...] foi bem tranquilo, acho que época foi até mais fácil, foi antes de ter essas novas adaptações que teve, que hoje é mais difícil”. Chica do 9º período expôs que não teve dificuldade e diz que na ansiedade de começar logo não leu o contrato, ela relata: “(...) na verdade eu acho que nem li, fui passando o contrato, aí depois eu fui ver a questão do juros, mas só queria assinar logo pra começar logo”.

Nos últimos anos, o FIES modificou-se diante daquilo que era proposto em sua primeira versão, por inúmeros fatores, como a inadimplência, e questões ligadas ao uso do recurso financeiro, tais mudanças acometeram em uma redução do número de contratos efetivados, nota-se pelo menor número de alunos em sala de aula contratantes do FIES, como mostra a tabela 1, com os acadêmicos do 5º semestre em relação ao 9º semestre, e pelas percepções trazidas nos relatos. Tais alterações afetaram tanto o público que estava aguardando para ingressar no ensino superior como aqueles que já estavam na graduação, o que gerou certa insegurança por parte das contratantes.

Foi observado que algumas das estudantes do 9º semestre relataram certa dificuldade em conseguir um fiador após assinar o contrato. Essa mudança fez com que no ano de 2018 tivessem que colocar fiador nos contratos que ainda não possuíam o que provocou muita ansiedade diante da hipótese de perder o financiamento, como afirma Dilma do 9º semestre que teve dificuldade para aditar:

*(...) eu tive para aditar nesse semestre de agora o nono, deu problema lá com fiador e eu nunca tive fiador aí tive que colocar, nessa parte eu fiquei com receio porque ou eu colocava fiador ou não conseguiria concluir, aí eu coloquei o fiador e graças a Deus deu tudo certo, mas foi o único momento que eu fiquei com medo, fiquei com medo de perder o FIES, porque na hora de colocar o fiador eu estava indo contra o contrato, no meu contrato não exigia fiador.*

Em outro trecho podemos visualizar as angústias inerentes a essa modificação contratual do FIES. Carmen do 9º semestre diz sobre seu receio e as mudanças que aconteceram na reta final do curso:

*[...] agora na reta final, porque eles exigem fiador, e assim, agora pro décimo semestre eles vão exigir fiador, e eu corro o risco de perder o financiamento no último semestre, no semestre passado, agora no nono semestre fizeram essa exigência e aí derrubaram uma liminar com a exigência do fiador e aí foi permitido, eu fiquei desesperada, porque eu achei que ia perder, porque eu não tenho condições, eu diminuí meu tempo de trabalhado, eu tinha um salão, em um ponto comercial, eu fechei esse ponto comercial, estou trabalhando às coxas em casa, pra poder tá aqui, foi difícil pra mim, até o ano passado eu cheguei pensar em desistir porque eu não tinha passagem pra vim, imagina pagar a mensalidade, então correr o risco de agora o final não consegui finalizar com o financiamento (...) Porque tá tendo mudanças, quando eu assinei o contrato, tava lá eu li, eu li o contrato que não exigia fiador, não exigia, não tinha aquela coisa de restrição né, de nome, nada disso, se podia fazer né sem problema nenhum, e agora eles colocaram no contrato, não tinha nem um tipo de exigência que eles estão fazendo agora.*

Beauvoir do 9º semestre relata que em sua turma deu para perceber a diferença da quantidade de pessoas que estava ali pelo FIES e as que não conseguiram:

*(...) eu lembro que minha turma foi uma das últimas turmas do FIES então muita gente da sala infelizmente não conseguiu, eu lembro que na primeira semana de prova, a sala 'tava' praticamente vazia e que muitos não tinham conseguido e já desistiram logo no começo, mas eu consegui, nossa eu lembro que chorei muito o dia que eu consegui o FIES.*

Nos relatos muitas trouxeram que sem o financiamento estudantil não conseguiriam fazer a graduação e que se não conseguisse 100% também seria inviável, Frida diz “[...] quando eu vi que consegui 100% eu fiquei muito empolgada, porque mesmo se eu conseguisse 50, ainda não ia dar entendeu? Ou era tudo ou não era nada. [...]”. Se referindo as porcentagens do FIES. Ademais, foi possível encontrar nos relatos afirmações que apontam a importância do FIES e das políticas públicas voltadas para o âmbito educacional, Dilma diz:

*[...] salientar a importância desse programa para ter aquelas pessoas que não tem condições de pagar uma faculdade durante a graduação poder ter alguma expectativa de futuro, de ter alguma profissão, eu acho que acaba meio que incentivando as pessoas meio que estudarem, quem realmente quer acaba se incentivando e isso auxilia muito.*

De acordo com Aprile e Barone (2009), o FIES trata-se de políticas compensatórias, quando o Estado procura cobrir as lacunas deixadas por meio de políticas públicas, neste caso FIES como uma política afirmativa.

Diante dos relatos foi possível notar que as entrevistadas compreendiam que teriam que lidar com as demandas referentes ao FIES. Dessa forma, muitas delas buscaram estratégias de enfrentamento a essas questões, por exemplo, realizando terapias e psicoterapias e/ou

trocando informações com outras contratantes, para que assim pudessem elaborar essas questões e lidar com o financiamento em uma perspectiva de futuro, encarando cada etapa de uma vez, “*Já me preocupei muito com isso, agora eu só vivo um dia de cada vez, sem pressão*”, diz Dilma trazendo essa perspectiva acrescentando que a preocupação agora é formar, manejando esta situação antes dessas outras questões que virão posteriormente.

### **Possibilidades mercadológicas durante a graduação: alternativas informais**

Como um tema pertinente a esse estudo, as questões relacionadas ao mercado de trabalho ganharam relevância nas entrevistas realizadas. Vários discursos relacionam a saída dos empregos formais ou estágios não obrigatórios remunerados, quando se aproxima da metade da graduação, principalmente no momento que se iniciam na grade do curso os estágios obrigatórios, que são realizados fora do período de aula e interferem no emprego formal e informal, devido à ausência do funcionário no trabalho para estar em campo de estágios. Em vista disso a fala da Glória Maria do 9º semestre de Psicologia afirma: “*era bem difícil conciliar a faculdade com o serviço porque as vezes eu prejudicava um ou outro, então as vezes eu não lia o texto por causa que tava no serviço, às vezes ia pro serviço cansada porque tinha passado a noite fazendo trabalho*”. Assim, além das interferências ocasionadas no emprego pela necessidade de afastamento, o processo de aprendizagem também acaba sendo prejudicado.

Malala acadêmica de Psicologia do 9º semestre autônoma relata:

*agora eu não estou tendo nenhuma remuneração, porque já faz tempo que eu parei, assim, não parei totalmente, só quando dá pra atender, então está sendo muito difícil (...) você vê assim seus clientes assim indo igual areia que você coloca assim na sua mão, saindo, é muito difícil. (...) eu não tô conseguindo mais trabalhar até porque eu não tenho só a responsabilidade da faculdade, mas também tenho meus filhos, tem meu marido, minha casa né?! tá sendo muito difícil.*

Dessa forma, por mais que o trabalho autônomo proporcione mais flexibilidade ao indivíduo, ele também acaba sofrendo interferências devido às atividades que precisam ser realizadas na instituição de ensino, além de conciliar as relações interpessoais e familiares.

Muitos acadêmicos que estavam empregados precisaram sair de seus empregos em algum momento da graduação, pois atrapalhavam nos estudos e na realização dos estágios, ainda estão desempregados no momento, e outros optaram por trabalhos informais para tentar conciliar com a vida acadêmica, como notamos com a participante da pesquisa Chanel do 9º semestre de Psicologia que conta:

*eu vou arranjando emprego aqui outro ali e quando choca muito com a faculdade aí eu saio, vendo algumas coisas, aqui na faculdade mesmo, vou dando um jeito (...) mas assim, não dá uma renda muito grande mas dá pras coisas básicas, eu tava*

*trabalhando até mês passado, mas por conta dos estágios acabou que eu não consegui continuar.*

Outros optaram por saírem dos empregos para se dedicarem mais a faculdade, visto que o trabalho consumia o tempo em que poderiam realizar atividades que gostariam de realizar academicamente, como nos relata Marielle, estudante de Psicologia do 9º semestre que fazia estágio não obrigatório remunerado:

*meu contrato no estágio, como é dois anos já tava terminando (...) mas aí eu saí antes porque eu queria fazer monitoria, eu precisava também ver minhas horas complementares, como eu trabalhava o dia inteiro eu não conseguia ir em palestras nada né?! (...) eu queria me dedicar mais no último ano porque eu sabia que ia ser corrido né?! então tudo que eu não me dediquei nos outros anos eu queria me dedicar no último ano agora, porque trabalhar e estudar muitas vezes é cansativo, você acaba deixando muitas coisas de lado.*

Diante dos questionamentos acerca dos motivos de ter saído do emprego, Dilma entrevistada do 9º semestre relata: “*muita coisa pra fazer em pouco tempo (...) aí não sobrava tempo, sobrar tempo até sobrava mas minha saúde mental não estava aguentando*”. Chica, uma outra participante também do 9º semestre, atualmente desempregada, ao relatar como foi sua experiência trabalhando e estudando ao mesmo tempo, afirmou sobre as dificuldades antes de deixar o emprego, dizendo:

*foi complicado, porque para conciliar eu precisava trabalhar a noite, e aí a faculdade era de dia e tinha os estágios, ficava mais complicado por causa do sono que eu sentia, porque eu entrava às 7 horas da noite e saía às 7 da manhã, aí eu já vinha direto pra cá, aí foi mais complicado essa época, porque eu sentia muito sono e tomava muito café e meu estômago ficava todo ‘bugado’.*

Ainda que de prevalência menor, percebemos nas falas a saída do emprego como alternativa para a dedicação exclusiva à formação acadêmica. Entretanto, nota-se que a maioria dos acadêmicos do 9º semestre precisaram sair dos empregos devido a carga horária dos estágios da faculdade, o que não ocorreu com os acadêmicos do 5º semestre, onde de 5 estudantes, 3 ainda conseguem conciliar estudos e trabalho. Um dos motivos que influencia este movimento pode ser o fato de no 5º semestre o estágio existente possui carga horários de apenas de 90 horas semestrais, enquanto no 9º período são dois estágios de 120 horas semestrais cada, com maior carga horária semanal, dificultando combinar o trabalho com os afazeres obrigatórios da instituição e formar dentro do tempo estipulado. Como exemplo a Marielle acadêmica de Psicologia do 5º semestre que trabalha em emprego formal aponta as dificuldades encontradas e afirma:

*É muito difícil, até porque é mais difícil ainda porque a gente tem que sair para o estágio e não é todas as empresas que libera, até então a empresa que eu trabalho tá liberando, porém eu tenho que às vezes trabalhar no sábado para pagar e é sempre*

*muito constrangedor você ter que ficar pedindo para sair, é um risco o tempo todo eu acho que eles vão me mandar embora porque eu saio para fazer os estágios.*

Todavia existem algumas exceções, como a Maria Júlia do 9º semestre que continuam empregadas conciliando com a faculdade e diz *“eu percebi aqui que para conseguir conciliar o ensino superior com o trabalho eu ia ter que mudar ou de emprego, ou de horário, e o que mais funcionou foi mudar de emprego, mas eu continuei trabalhando”*. Assim, notou-se que para conseguir os dois a estudante teve que abdicar do horário escolhido inicialmente.

Ao analisar as falas dos participantes, foi possível observar que a necessidade de trabalhar como forma de sustentar suas despesas, também relacionadas a graduação, existe e para lidar com esta questão cada um tomou alternativas diferentes. Além disso, o peso de estudar e trabalhar concomitantemente é maior do que só fazer a graduação e que alguns alunos, por mais que tentem não conseguem sustentar isso por muito tempo ou de forma que considerem que não afetem sua saúde.

### **As influências da família e a proposta de pagamento do FIES**

A família pode possuir influências nas decisões de vida das pessoas, como o ingresso na faculdade e no mercado de trabalho. Em diversas falas referem-se aos familiares como interventores nesse processo de escolha do curso, assim como na contratação do FIES, influenciando com que muitos se sintam pressionados com a expectativa do término da faculdade e o pagamento do financiamento, com entrar no mercado de trabalho rapidamente, trazendo muitas vezes sentimentos de preocupação, inseguranças e ansiedade em relação ao futuro, todavia outros não sentem da mesma forma essa influência da família.

Com relação a essas questões familiares, Dandara acadêmica do 9º semestre de Psicologia conta sobre sua experiência e que se sente pressionada com o término da faculdade:

*às vezes a família sim, por exemplo, minha mãe até fala ‘ai tem que ver o que você vai fazer ano que vem, porque tem que começar a pagar o FIES’, então acaba vindo aquela preocupação né, tipo ó você tem uma dívida pra você pagar né (...) preocupação mesmo, ansiedade.*

Chanel participante do 9º semestre também vivencia essa preocupação e relata que: *“quando a gente financia e termina a faculdade a gente tem um ano e meio pra começar a pagar né, então é uma preocupação a mais já de formar e já se inserir no mercado de trabalho, porque é uma, a certeza de que a gente tem que pagar né depois. Esse sentimento de preocupações e incertezas estava presente em diversos entrevistados e assim, também foi possível observá-lo quando Beauvoir entrevistada do 9º semestre afirma que “quando a gente tá formando a primeira coisa que vem, que falam, as pessoas mais próximas né, ‘tá formando*

*mas com uma dívida' (...) então eu acho que isso tá muito grande, a pressão''.* Para lidar com isso, Beauvoir afirma que, atualmente, tem tentado não se preocupar tanto:

*no começo eu ficava muito preocupada, eu falava ai gente e se eu não conseguir emprego como que eu vou fazer e tudo, mas eu acho que no, especialmente agora no último semestre eu to muito tranquila em relação a isso, porque eu to fazendo minha parte como estudante, me dedicando ao curso (...) mas caso eu não estiver trabalhando na minha área aí eu vou tentar em outras áreas, 'pra' pelo menos pagar a minha dívida né, porque é questão também de, eu dei minha palavra, meu nome que tá em jogo.*

Contudo, essa pressão externa não é unanimidade nas falas e algumas entrevistadas dizem que não se sentem pressionadas pela família, mas sim por elas mesmas, com relação à entrada no mercado de trabalho e o pagamento da dívida do FIES, como é evidenciado no relato da Glória Maria

*Não vejo isso na minha família nem aos outros, eu vejo isso principalmente comigo e com outros colegas que tem o FIES. Eu vejo essa pressão mais comigo mesmo e com outros colegas, (...) de ter que sair daqui já com objetivo, com emprego, pra poder pagar o FIES (...) Como eu me sinto? Desesperada! Ter que arrumar emprego e pagar né? Porque é um financiamento, você tem que pagar de qualquer jeito, então você tem que conseguir. Não tem meio termo, né?*

Essa pressão interna também está presente na fala da Frida do 9º afirmando que no último ano da faculdade tem pensado mais sobre a questão do financiamento e ficado muito preocupada:

*esse ano né que eu fui me dar conta. E eu fui olhando lá a quantidade de parcelas colocando o dedo naquelas linhas ali e eu pensei 'vou morrer pagando', tá entendendo? Tanto que eu até falei com minha mãe, eu liguei pra ela na hora, ela tava no serviço e eu falei "mãe, já é ano que vem", tipo assim, incrível, não acreditando (...) Mas eu tenho medo, eu tenho muito medo (...) o medo maior é o primeiro ano depois da faculdade, que já tem que pagar e a gente não sabe o que vai acontecer, não sabe se vai conseguir um trabalho entendeu? Pode ser que sim, pode ser que não.*

As preocupações referentes à pressão e formas de quitar o financiamento estão presentes nas entrevistadas do início e término da graduação, porém é observado com maior incidência nas acadêmicas que estão próximas de sua formação, desse modo ao mesmo tempo que se assemelham por estar presente essa pressão sentida, se diferencia no modo de lidar e as estratégias já formuladas pelas alunas do penúltimo semestre. Isto pode ser analisado na fala de Amélia do 5º semestre que relata:

*Eu acho que eu ainda não tô nessa fase né, mas da família não, mas da minha parte sim, eu fico com muito medo, mas eu acho também que quando eu me formar vai ter pressão da parte da minha mãe (...) eu tenho bastante medo de não conseguir nada, e aí até por isso que eu penso em fazer concurso público, (...) por causa que eu não sei como que vai ser se eu vou conseguir um emprego quando eu sair me dá medo né. E ao mesmo tempo às vezes eu me arrependo que às vezes eu acho que eu não que eu poderia não ter feito um cursinho estudado em casa durante um ano e fazer ENEM.*

Os sentimentos de medo e preocupação são recorrentes nos discursos das entrevistadas, esses ligados a pressões sociais e próprias quanto a um futuro incerto. O FIES, visto como uma possibilidade de ingresso no ensino superior, torna-se também causador de sujeitos endividados e temerosos quanto às perspectivas de futuro no mercado de trabalho. Diante das mesmas questões Ághata, estudante do 5º semestre afirma:

*é engraçado, pois se torna uma preocupação não só da pessoa que faz, porque uma vez que ela não paga é o nome dela que vai ficar sujo né, mas acaba se tornando uma preocupação das outras pessoas que moram com você e da sua família (...) É isso me traz um pouco de angústia, principalmente depois que, na verdade estamos em uma situação econômica que está difícil para todo mundo, (...) o fato de pagar independente se você vai atuar na área ou não, você vai ter que pagar.*

Além das entrevistadas que se mostraram muito preocupadas pela pressão que sofrem de si mesmas e da sua família para o pagamento do financiamento, algumas relatam sentimentos diferentes, de que não se sentem cobradas e têm essa questão muito tranquila pra si, além de estarem otimistas com o término da faculdade e o pagamento do financiamento. Como exemplo Marielle do 5º semestre diz:

*Na minha família não influencia em nada a minha responsabilidade a minha vida, então ninguém assim não, como eu posso dizer ninguém pressiona ou cobra (...) mas eu acredito que eu estarei trabalhando independentemente se for na área em que eu me formei, e eu tenho convicção de que eu vou pagar a independentemente se eu tiver trabalhando na área não.*

Ainda que existam estes entraves, vemos uma perspectiva confiante frente ao pagamento, mesmo que, para isso, o sujeito se permita trabalhar em um emprego distinto da graduação cursada, no nosso caso, da Psicologia. Com ideias parecidas Maria Júlia do 9º semestre afirma:

*desde cedo eu sempre trabalhei então eu sempre paguei minhas contas para independência mesmo eu sempre quis. Como eu mesmo que pago ninguém paga nada para mim não tem cobrança, mas eles assim se preocupa perguntam se tá tudo bem como é que tá essas coisas tá dando certo (...) Eu percebo que tem um prazo curto para começar a pagar as parcelas, eu já decidi que eu não vou deixar meu emprego vou continuar trabalhando nele porque ele é um emprego de meio período que me possibilita tentar uma vaga na Psicologia no outro horário para não acumular a dívida do FIES.*

Percebemos, analisando os discursos das entrevistas de Marielle do 5º semestre e Maria Júlia do 9º, que o FIES é ao mesmo tempo, “esperança” que possibilitou ingresso ao ensino superior e causador de preocupações quanto ao seu pagamento. Por meio de suas falas observa-se que consideram a Psicologia, graduação escolhida, uma profissão que fica em segundo plano diante das incertezas do mercado de trabalho e da necessidade de pagamento da dívida, em alguns casos, como alternativa, propõe-se uma combinação de vários empregos para

dar conta de pagar o FIES e se sustentar. O que se torna uma lógica perversa, pois o ingresso no ensino superior é visto social e subjetivamente como uma possibilidade de melhora de vida.

Nessa mesma direção, Teixeira e Correia (2002) mostram que é possível perceber que existe a busca em alcançar prestígios que são socialmente impostos, e nesse movimento de tentar conseguir um os padrões de sucesso os estudantes ingressam no ensino superior mesmo com os receios frente às formas de pagamentos. Além disso, Foucault (2005) fala da normalização dos comportamentos sociais em uma sociedade neoliberal onde os indivíduos são considerados a partir da sua força de trabalho e este movimento também é um influenciador na inserção nas instituições de ensino superior, e com isso, por estarem numa lógica capitalista a felicidade acaba atrelada a produção e consumo e Foucault (2008) aponta isso dizendo que o sujeito se satisfaz ao produzir e consumir.

### **Política afirmativa na sociedade neoliberal: ações compensatórias?**

Conforme a história brasileira, houve a partir da década de 1990 um processo de redemocratização do país, e de crescentes ideias da economia neoliberal, que objetivava desenvolvê-lo economicamente, com pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, por meio de privatizações de alguns setores antes regulados pelo Estado. Com relação à educação superior, o Estado forneceu condições para a privatização e a criação de instituições de ensino superior sob o viés privado-mercantil, onde a educação agora poderia ser comercializada, e para regular a iniciativa privada, o presidente Fernando Henrique Cardoso que governou entre 1995 e 2003, instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 1996, estabelecendo as funções do Estado na educação brasileira e facilitando a expansão das instituições privadas (VITURI, 2019).

Diante disso, houve um crescente número de instituições de ensino superior privadas que foram criadas, buscando atender a uma demanda do mercado capitalista, que necessitava de mão de obra especializada. Assim, para aumentar o número de acadêmicos e, conseqüentemente, o de formandos iniciando no mercado de trabalho, criou-se algumas políticas afirmativas, como o FIES e Prouni que facilitavam o acesso à graduação de nível superior, uma vez que, anterior a isso, apenas quem poderia pagar as mensalidades tinha acesso às instituições privadas, e muitos não conseguiam adentrar às universidades públicas.

Conforme Vituri (2019), a criação do FIES, pelo governo, tinha um discurso de inclusão e justiça social, em que a população de baixa renda poderia acessar e ter uma perspectiva de ascensão social, entretanto, ocorrem diversos atravessamentos com relação à

economia e ao mercado de trabalho, em que possuir um diploma de nível superior não se torna garantia de emprego e crescimento financeiro.

Possuir uma graduação de nível superior tem sido estimulada a algum tempo, começando nos anos 1990 fomentadas pela propaganda de fácil acesso pelos programas de governo, até na atualidade em que os jovens são incitados a buscar a profissionalização, por meio de cursos técnicos e de graduação. Essa ideia se propaga e os sujeitos passam a incorporá-la como natural, um caminho de vida a ser seguido, almejando a ascensão social, diante disso, Foucault (2008) discute sobre o capital humano e o modelo do *homo economicus*, em que o sujeito que responde aos estímulos do mercado tornando-se seu próprio produtor de rendimentos, potencializando suas capacidades e evitando situações que desfavoreça seu sustento.

Para se fazer uma análise do capital humano, Foucault (2008) afirma ser necessário compreender as pessoas que trabalham considerando-as não apenas como objetos de análise, mas sim sujeitos economicamente ativos. Dentro das ideias neoliberais, o capital é considerado de acordo com Foucault (2008):

[...] um conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à uma força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência, como eles dizem: “uma máquina”. [...] Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador [...] (grifos do autor, p. 308-309).

Foucault (2008) diz ainda que o trabalhador visto como máquina é compreendido em seu sentido positivo de produzir fluxos de renda, além disso, a máquina possui duração de vida, e que seus salários dependerão da utilidade da máquina no momento.

Ademais, por meio do neoliberalismo, os sujeitos são denominado *homo economicus*, como “empresários de si mesmos” (FOUCAULT, 2008, p. 311), em que ele é seu próprio capital e fonte de renda, e para que esse capital humano seja produtivo às demandas do mercado, é preciso investir nele de diversos modos, como pelos vieses educacionais, proporcionando acesso e qualidade ao ensino, mas não somente, os investimentos familiares como afetos ligados às expectativas de que os filhos sejam adultos produtivos e sejam motivo de orgulho aos pais, os investimentos em saúde também tem grande relevância na formação desse capital, proporcionando cuidados com as condições de higiene e saúde que busca garantir a utilização do capital por mais tempo possível.

Os investimentos se referem também a um modo de controle, de intenção que esse possível capital, o sujeito, possa buscar por si mesmos ser o capital humano e contribua com o desenvolvimento econômico do país, trata-se, portanto, de um controle da vida, denominado por Foucault (2005), como biopolítica, e o autor ainda afirma “o homo economicus é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Diante disso, segundo Foucault (2008), é possível notar que as políticas governamentais dos países de economia neoliberal se direcionam à investimentos em saúde, cultura, educação, esporte, que favoreçam ao crescimento e qualidade do capital humano, que se transformará em economia futura para o país, assim como em países em desenvolvimento como o Brasil, que a partir da redemocratização e da criação da Constituição Federal de 1988 passa a pensar em investimentos na população, e daí tem-se também a criação das políticas afirmativas como um dos desdobramentos dessa noção econômica, e como uma faceta da biopolítica contemporânea.

Entretanto, não podemos desconsiderar que o FIES se torna um novo modo de ingresso ao ensino superior, em que pessoas que antes não poderiam pagar pelo ensino privado e não conseguiram entrar em universidades públicas, têm a oportunidade de conquistar aquilo que anseiam profissionalmente, sendo uma política muito importante como é percebido em diversas falas durante as entrevistas. As políticas afirmativas buscam à justiça social como diz Vituri (2019), tentando qualificar a mão de obra para ser inserida no mercado de trabalho.

### **Considerações Finais**

Inicialmente, os pressupostos levantados no projeto de pesquisa consistiam em identificar se as demandas sociais contemporâneas mobilizavam e influenciavam no ingresso ao ensino superior, na tentativa de buscar uma melhor qualidade de vida e ascensão social e profissional, e como a instabilidade do mercado de trabalho pode interferir na forma com que graduandos lidam com a quitação da dívida realizada por meio do FIES. Para isso, foi analisado as expectativas quanto ao ingresso no mercado de trabalho após o término do curso, os fatores sociais que influenciaram, como pretendem efetuar o pagamento das parcelas e identificar os impactos sociais, econômicos e os possíveis sofrimentos psíquicos que podem surgir em decorrência dessas questões apresentadas.

Evidenciou-se em diversos discursos que a motivação de buscar um curso de nível superior se deve ao desejo de um futuro profissional e pessoal mais estável, com melhores salários, e que encontraram nessa política de financiamento uma oportunidade de concretização desse desejo. Algumas entrevistadas ao mesmo tempo em que consideram o financiamento

importante para o seu ingresso no ensino superior, afirmam que atualmente não o fariam e buscariam outros meios de ingressar, pois não tinham a dimensão dos custos futuros, mas que no momento da contratação desejavam se matricularem o mais rápido possível na faculdade.

As maiores fontes de preocupação com relação ao futuro profissional estão relacionadas às incertezas de ingresso no mercado de trabalho, e o conseqüente pagamento do financiamento após o período de carência. O modo pelo qual cada sujeito lida com esses sentimentos é diferente do outro, porém apresentam semelhanças entre si, como aqueles que estão muito preocupados e ansiosos com as incertezas do fim da graduação, os que já se sentiram assim e preferem pensar e lidar com as demandas atuais da faculdade e de outras áreas da vida, em vez focar sua preocupação com o futuro profissional, e outros que enxergam possibilidades de atuação no mercado de trabalho e acreditam que conseguirão quitar a dívida, não sendo essa uma preocupação atual.

Desse modo, devemos salientar que existem inúmeros atravessadores na vida durante o percurso acadêmico, como a família, o trabalho, questões financeiras, vida social, projetos pessoais, responsabilidades que fogem do âmbito educacional, e que estão presentes também nos não contratantes do FIES. Esses fatores externos influenciam o modo de vivenciar os sentimentos relacionados a graduação, que são diferentes para cada sujeito, assim como as formas de enfrentamento e/ou compreensão desta etapa da vida.

Ao observar o que foi apresentado pelas participantes da pesquisa, nota-se que as questões sociais e econômicas afetaram, e continuam afetando, as tomadas de decisões, que para Foucault (2008), o indivíduo pode ser governável por meio das forças de mercado e da necessidade de se tornar capital humano produtivo, que poderá consumir na medida que também produz, produção que está atrelada ao ideal de felicidade.

Com a realização do financiamento do curso, e a possibilidade de pagamento após a conclusão, a expectativa de ingresso no mercado de trabalho com a profissão desejada torna-se grande tanto pela própria pessoa quanto por seus familiares, que estão presentes no percurso da graduação com suas próprias expectativas na pessoa investida, como foi relatado por algumas entrevistadas. Foucault (2005), chama de biopolítica, todas as ações voltadas ao governo dos corpos e da vida da população, e os investimentos realizados pelo Estado como proporcionar o acesso ao ensino superior e pelas famílias nos sujeitos, que investem afetos, propiciando que os indivíduos busquem atender tais demandas sociais, e que busquem por si mesmos ser o capital humano que desde o nascimento foi investido.

Nota-se nos discursos que uma parcela das entrevistadas gostariam ou cursaram algum curso nas instituições públicas, mas trouxeram uma perspectiva sobre a dificuldade de passar no curso desejado nessas instituições, e de não conseguir conciliar o ensino com o trabalho, diante da possibilidade do curso ser integral.

Diante disso, as políticas afirmativas se fazem importantes para que as pessoas tenham acesso ao ensino superior e possam buscar condições de vida desejáveis, pois, tais políticas permitiram que grupos antes excluídos desses espaços pudessem ter outras perspectivas de futuro e de trabalho, mesmo diante das mudanças mercadológicas que provocam incertezas tanto em profissionais que possuem graduação, quanto os que não. Contudo, ressalta-se que tais políticas têm uma função de existirem na sociedade neoliberal, de garantir por meio da mão de obra qualificada e especializada o desenvolvimento econômico do país.

Salientamos alguns aspectos que não foram abarcados na pesquisa e que abrem a possibilidade para estudos futuros, como a relação que os sujeitos possuem com o contrato, uma vez que uma parcela dos contratantes não leram antes de assinar e/ou não compreendiam sobre o valor total financiado e como funcionaria o pagamento, compreendendo se essas questões afetam graduação. Outro ponto é a comparação com os ex-alunos que contrataram o FIES e estão no processo de pagamento do financiamento a fim de entender como é esse processo após os 18 meses de carência até se iniciar as parcelas, como estão percebendo-se nessa nova etapa. Além disso, também é viável observar as perspectivas sobre o FIES com estudantes de outros cursos que não foram contemplados nessa pesquisa, considerando que para cada pessoa o ingresso na graduação pode ser realizado e idealizado de um modo diferente, e que as perspectivas também podem ser plurais.

Destacamos a dificuldade em conseguir voluntários dos quintos semestres para a pesquisa pela diminuição do número de contratantes do FIES nos últimos anos, devido as alterações feitas no Programa que exigem um fiador para a contratação, por exemplo. Diante disso, podemos pensar que menos pessoas estão se inserindo nas graduações no âmbito privado, e que pela defasagem na educação básica como já dito por Aprile e Barone (2009), grande parte dos estudantes que saem do ensino médio de escolas públicas encontram dificuldades de ingresso na universidade pública, o que corrobora para a realidade de que apenas parte da população, com certo nível socioeconômico adentram no ensino superior, reafirmando a lógica de exclusão e desigualdade, uma vez que o Estado passa a se responsabilizar menos, e o indivíduo mais, para obtenção do seu sucesso.

Portanto, a educação tem o potencial de ser libertadora, construindo sujeitos que são autônomos e críticos, e que poderão ocasionar transformações em sua realidade política, econômica e social, na medida em que é fornecida com qualidade e com esse propósito. Entretanto, o que é percebido na atual conjuntura política e econômica do país, em que é feito muitos cortes de verbas no âmbito educacional, e também pelos modelos de educação implantados ao longo da história brasileira, é um ensino básico e médio orientados para uma perspectiva neoliberal, em que os sujeitos são ensinados a reproduzirem e não estimulados a criarem, pois a reprodução alimenta a economia neoliberal na medida em que os indivíduos trabalham para ela, na ideia de capital humano, já escrita por Foucault (2005).

Partindo dessa mesma lógica, os cortes na educação e a reprodução ao invés do fomento do pensamento crítico também estão presentes no ensino superior. Recentemente foi proposto pelo Ministério da Educação (2019) o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE) que de acordo com o projeto objetiva maior “autonomia financeira às universidades e institutos federais por meio de ações de governança, gestão, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização do ensino superior” (BRASIL, 2019, p.1).

Todavia, em um trecho do texto de apresentação, uma das propostas é “oferecer inovações que supram a demanda da sociedade” (BRASIL, 2019, p.6) voltando a mesma lógica expressa no governo de FHC que fomentou um viés privado-mercantil, onde a educação poderia ser comercializada. Além disso, tiraria a autonomia das pesquisas, uma vez que só acontece financiamento privado se há lucro, assim as pesquisas deixariam de ser da população e passariam a ser das empresas, retomando o que Foucault (2008) diz sobre o capital humano e os futuros profissionais serem investimentos para poder contribuir economicamente com o crescimento do país.

### Referências

ALBUQUERQUE, Rosa Almeida; PEDRON, Cristiane Drebes. Os objetivos das ações afirmativas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira: a percepção da comunidade acadêmica. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 54-73, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-54.pdf>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009. Disponível em:

<[http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_educacao/pdf/volume\\_2\\_1/6-Rev\\_v2n1\\_Maria%20Rita%20-Rosa.pdf](http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2_1/6-Rev_v2n1_Maria%20Rita%20-Rosa.pdf)> Acesso em 10 de dezembro de 2018

BAPTISTA, Marisa T. D. S. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicol. Cienc. Prof, Brasília**, v. 30, n. spe., dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca08.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Rev. Novos Estudos CEBRAP** Nº 32, março de 1992, p.111-118. Disponível em:

<[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38737848/Entre\\_a\\_opinia\\_o\\_e\\_o\\_estereotipo\\_-\\_Eclea\\_Bosi.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEntre\\_a\\_opinia\\_o\\_e\\_o\\_estereotipo\\_-\\_Ecle.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191014%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20191014T224014Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=75052b837fab509bb7f8dbd098e7e804b4ef2a5dcff2428a52bf3738febaf0d0](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38737848/Entre_a_opinia_o_e_o_estereotipo_-_Eclea_Bosi.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEntre_a_opinia_o_e_o_estereotipo_-_Ecle.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191014%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191014T224014Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=75052b837fab509bb7f8dbd098e7e804b4ef2a5dcff2428a52bf3738febaf0d0)>

Acesso em: Outubro de 2019.

BRASIL. **O que é o crédito educativo PCE Creduc?**. Educa mais Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/o-que-e-o-credito-educativo-pce-creduc>>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

BRASIL. **FIES | Novo FIES**. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/>> Acesso em 04 de outubro de 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 23 de 22 de novembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília – DF. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12026-portaria-normativa-23de22112012-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12026-portaria-normativa-23de22112012-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192)>

Acesso em: 27 de agosto de 2019.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2016**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>> Acesso em 09 de outubro de 2019.

BRASIL. **Manual do Programa de Crédito Educativo**. S.D. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/mcreduc.pdf>> Acesso em: 27 de agosto de 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 10, de 30 de Abril de 2010**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior Diretoria de Políticas E Programas da Graduação. Disponível em: <[http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria\\_normativa\\_n10\\_30042010.pdf](http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_n10_30042010.pdf)> Acesso em: 05 de setembro de 2019.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em:

<[http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/dataset?license\\_id=other-pd&tags=educa%C3%A7%C3%A3o](http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/dataset?license_id=other-pd&tags=educa%C3%A7%C3%A3o)> Acesso em: 18 de maio de 2018.

BRASIL. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5354:aumenta-o-numero-de-pessoas-com-depressao-no-mundo&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:aumenta-o-numero-de-pessoas-com-depressao-no-mundo&Itemid=839)> Acesso em: 12 de março de 2018.

BRASIL. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. Disponível em: <[https://ufla.br/images/arquivos/2019/07-julho/Programa\\_Future-se.pdf](https://ufla.br/images/arquivos/2019/07-julho/Programa_Future-se.pdf)> Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, 2008. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre\\_duarte.pdf](http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf). Acesso em: 09 de março de 2018.

FOUCAULT, Michael. **O Nascimento da Biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Renata Vilela. Incidentes críticos, um fio de Ariadne na análise documental. In: SPINK, Mary Jane et al., organizadoras. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Disponível em: <[http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK\\_A\\_producao\\_de\\_informacao.pdf](http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf)> Acesso em: 06 de setembro de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: desemprego**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

LEORNARDO, Nilza. S. T.; SUZUKI, Mariana. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 46-54, 2016. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1161/1266>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

MACEDO, Arthur Roquete; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; TREVISAN, Péricles; MACEDO, Caio Sperandeo. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Rev. Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. Crédito Educativo com Amortizações Contingentes à Renda: Uma Alternativa para a Reformulação do Financiamento Estudantil no Brasil. **Radar-Ipea**, Nº 41, out, 2015, p. 45-55. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5715/1/Radar\\_n41\\_cr%c3%a9dito.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5715/1/Radar_n41_cr%c3%a9dito.pdf)>

Acesso em: Novembro de 2018.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e Tensionamentos Após Ações Afirmativas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.31,n.0, p. 155-182. Abril-Junho 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n2/0102-4698-edur-31-02-00155.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2019

PEREZ, Vyrna Isaura Valença; MESSEDER, Suely Aldir. **Fies: Um Estudo Sobre a Política Pública e as Interpretações dos Sujeitos Beneficiados.** Anais Seminário Interlinhas 2016. Fábrica de Letras. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/article/view/4780/3016>> Acesso em: 10 de

outubro de 2019

\_\_\_\_\_. **Fundo de Financiamento Estudantil - FIES: Inclusão para Exclusão?.** Anais Seminário Interlinhas 2015. Fábrica de Letras. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/article/view/4767/3003>> Acesso em: 10 de

outubro de 2019

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional no Regime Militar. Cad. **Cedes, Campinas**, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>> Acesso em: 27 de agosto de 2019.

SILVA, Adriano Maniçoba; SANTOS, Beatriz Carolini Silva. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00741.pdf>> Acesso em: 04 de setembro de 2019.

TEIXEIRA, José A. Carvalho; CORREIA, Ana Rita. **Fragilidade social e Psicologia da saúde: um exemplo de influências do contexto sobre a saúde.** Aná. Psicológica, Lisboa, V. 20, n. 3, p. 359-365, jul. 2002. Disponível em:

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312002000300009&lng=pt&nrm=iso)

82312002000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 de março de 2018.

VITURI, Renée Coura Ivo. **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o ensino superior privado: trajetórias de vida de graduadas e graduados financiados pelo programa-das tramas aos dramas (1999 a 2018).** PUC-SP, 2019. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22055>> Acesso em: 25 de setembro de 2019.